



P&R

Qual é o défice verdadeiro: os 4,5% ou os 8%?

Na contabilidade nacional não há números verdadeiros ou falsos. Existem regras que definem o que é considerado receita ou despesa e em que momento devem ser contabilizadas. Portugal rege-se pelas regras do Eurostat que admite como receita os ativos dos fundos de pensões transferidos para os Estados. Nessa perspetiva, o défice real deste ano será aquele que inclui as receitas dos fundos e que ronda os 4,5%. No caso da *troika*, com as metas orçamentais são também definidos os critérios que podem ser diferentes do Eurostat. Este ano, a operação é aceite. Mas caso se repita uma semelhante em 2012, já não será aceite para efeitos de cumprimento do memorando.

Se o défice, sem medidas extraordinárias, foi superior, como é que possível chegar a 4,5% no próximo ano?

Essa foi a razão das medidas adicionais que Passos Coelho introduziu no orçamento e que não fazem parte do programa da *troika*. Se o défice final deste ano, sem contar os fundos de pensões, for de 8% significa que o Governo terá de cortar 3,5% do PIB em 2012. O esforço será ligeiramente inferior já que algumas das despesas não se repetem no próximo ano. Mesmo assim, é um desafio enorme para Vítor Gaspar que meteu em cima da mesa medidas no valor de 5,3% do PIB.



Nicolau Santos
nsantos@expresso.impresa.pt

BOM DÉFICE, MÁ EXPLICAÇÃO

Não faz sentido que a *troika* aceite que o fundo de pensões da banca conte este ano para o défice e para o próximo não. Com a recessão prevista, a *troika* vai desdizer-se e Passos vai subir de novo os impostos

O primeiro-ministro anunciou ao país que este ano o défice orçamental vai ficar em 4,5%, quando a previsão era de 5,9% e sem receitas extraordinárias de 8%. Tal milagre só foi possível pela transferência de 50% dos fundos de pensões da banca. Mas se é assim, então porque foi necessário cortar 50% do subsídio de Natal dos portugueses? Pedro Passos Coelho veio dar a explicação: porque a *troika* não deixava fazer a transferência dos fundos se não se cortasse o subsídio de Natal. Ora bem. O corte do subsídio de Natal foi a primeira medida decidida pelo Governo quando tomou posse. Logo, quando foi

primeiro-ministro anunciou ao país que este ano o défice orçamental vai ficar em 4,5%, quando a previsão era de 5,9% e sem receitas extraordinárias de 8%. Tal milagre só foi possível pela transferência de 50% dos fundos de pensões da banca. Mas se é assim, então porque foi necessário cortar 50% do subsídio de Natal dos portugueses? Pedro Passos Coelho veio dar a explicação: porque a *troika* não deixava fazer a transferência dos fundos se não se cortasse o subsídio de Natal. Ora bem. O corte do subsídio de Natal foi a primeira medida decidida pelo Governo quando tomou posse. Logo, quando foi



Passos, que esta semana visitou a Autouteuropa, reúne Governo no fim de semana para perspetivar 2012

Mistério da folga aparecida

O Governo começou por encontrar um desvio que se tornou colossal e acaba o ano com uma folga. Afinal, que contas são estas?

Na célebre lei de Lavoisier, o químico francês, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Nas contas públicas portuguesas houve um processo mais ou menos semelhante que a química não explica. De um desvio colossal, que animou o debate político durante meses, nasceu a folga orçamental que abriu um novo foco de discussão entre Governo e PS. Afinal, existe ou não uma folga no orçamento que permitiria deixar cair a sobretaxa extraordinária sobre o subsídio de Natal que entretanto muitos portugueses já pagaram?

A história conta-se em poucas linhas. Depois de tomar posse, o Governo fez as contas e descobriu que, a manter-se a tendência, chegaria ao final do ano com um desvio nas contas face à meta fixada com a *troika* de 5,9% do produto interno bruto (PIB). A solução encontrada na altura foi cortar 50% do subsídio de Natal na parte que excede o salário mínimo através de uma sobretaxa no IRS. Esta medida, que não estava no programa da *troika*, garante €840 mi-

lhões este ano e cobre a quase totalidade do desvio encontrado nessa altura. Só que o desvio foi crescendo para lá de colossal e, no final de agosto, o Governo revelou que iria transferir fundos de pensões dos bancos para o Estado para cobrir o restante. Nessa altura, o objetivo era apenas 0,5% do PIB (cerca de €850 milhões).

Entretanto, as necessidades foram crescendo e, no Orçamento do Estado, o montante a transferir cresceu para €2700 milhões (1,6% do PIB). O objetivo era fazer uma transferência dos fundos faseada no tempo. Este ano, seria esta verba mas haveria mais nos próximos anos. Só que a *troika* esteve em Lisboa no mês de novembro e decidiu admitir a receita extraordinária este ano mas não vai voltar a permiti-lo para efeitos das metas do programa.

Por isso, o Governo terá decidido antecipar toda a transferência dos cerca de €6000 mil milhões para este ano. Co-

O défice real este ano vai ficar próximo dos 8% e, sem novas medidas ou receitas extraordinárias, o Governo vai ter de pedalar muito para chegar aos 4,5% em 2012

mo há uma parte que não é 'necessária' para garantir o défice de 5,9% para este ano — que agora pode ficar entre 4,2% e 4,7% — nasceu a chamada folga que o PS usou para classificar de desnecessário a sobretaxa no subsídio de Natal. O Governo preferiu dizer que vai usar esta diferença, que pode ficar entre

A sobretaxa sobre o subsídio de Natal é desnecessária?

Neste momento, sim. Quando foi anunciada em julho tinha como objetivo garantir a meta do défice deste ano. Agora, com os fundos de pensões a serem superiores ao desvio, deixa de ser necessária a medida que era uma receita extraordinária. O Governo diz que agora não pode voltar atrás porque houve um acordo com a *troika* nesse sentido.

PS 'desiste' da almofada

Os socialistas deixaram de se bater pela "almofada orçamental" em que tanto insistiram

durante o debate do Orçamento do Estado. Apesar de a transferência dos fundos de pensões da banca para o Estado ter permitido a Pedro Passos Coelho admitir um excedente no orçamento (inicialmente de 2 mil milhões, mas que o primeiro-ministro admitiu esta semana poder chegar perto dos 3 mil), o PS desistiu de "cavalgar a onda".

Durante alguns dias, já depois de aprovado o OE, os socialistas ainda insistiram em que havia "outro caminho", explicando as várias alíneas do orçamento onde era possível, segundo as suas contas, detetar desvios. Mas essa fase está agora ultrapassada, apurou o Expresso junto da direção do PS.

"O país precisa agora de soluções concretas para os seus problemas reais", segundo um responsável socialista. A estratégia é de resto visível na agenda do secretário-geral: António José Seguro tem estado empenhado em visitar empresas para chamar a atenção sobre os problemas de financiamento que, no seu entendimento, põem em causa qualquer hipótese de crescimento económico do país. C.F.

anunciada não tinha absolutamente nada a ver com a utilização dos fundos da banca para amortizar o défice. Em segundo, é verdade que somos um país sob tutela, mas até agora a Comissão Europeia, através do Eurostat, tem autorizado diversos países a reduzir o défice por via da transferência de fundos de pensões de entidades públicas ou privadas. Porque esta proibição neste exato momento?

Deve contudo reconhecer-se que as más surpresas causadas pelos buracos das contas do BPN e da Madeira, levaram à necessidade da antecipação do aumento do IVA sobre a eletricidade e a colocar a hipótese do recurso ao fundo de pensões. Na altura, em agosto, supunha-se que mil milhões chegavam. Mas, dois meses depois, tornou-se evidente que não seria assim. Contudo, o montante a transferir poderia poupar o corte no subsídio de Natal. Passos Coelho diz que nessa altura foi a *troika* que proibiu o recuo no imposto extraordinário. Teremos de acreditar... com relutância. E já agora é irrisível que se diga que o défice deveria permanecer inalterado, porque a transferência do dinheiro implica o correspondente aumento de responsabilidades no pagamento futuro das pensões dos bancários.

E a prova é que para 2012 a redução do défice parte de um valor de 8%, sendo necessário um corte da ordem dos €6000 milhões para chegar ao défice de 4,5%. Ora esse é o valor que falta transferir do fundo de pensões... A *troika*, contudo, não autoriza que conte para efeitos da redução do défice. Prefere, portanto, impor uma recessão cavalgar à economia. Vão desdizer-se. Passos vai de novo aumentar os impostos (sobre os subsídios de férias e pensões dos privados) e a *troika* vai autorizar que a transferência dos outros 50% dos fundos de pensões da banca conte para efeitos do défice. A economia não é uma ciência exata mas 2 mais 2 são sempre 4.